

1 **ATA 07/2022 - Ata da Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA**  
2 **SOCIAL – CMAS/ Campinas, em 26/07/2022.** -----  
3 Aos vinte e seis dias do mês de julho de 2022, as 09 horas e 15 minutos, ocorreu Reunião  
4 Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas, em ambiente virtual  
5 utilizando a ferramenta Teams Microsoft. com, através do link [https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting\\_MTNiNDFiYmYtYjFkNC00NDc1LTg0YTgtMDg0OGQ5MjVWkMTNi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%228ce66269-6fe2-4d6f-b1c2-97c5db774652%22%2c%22Oid%22%3a%222ecf77f3-2e8e-4309-a764-75be30d37c5e%22%7d](https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_MTNiNDFiYmYtYjFkNC00NDc1LTg0YTgtMDg0OGQ5MjVWkMTNi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%228ce66269-6fe2-4d6f-b1c2-97c5db774652%22%2c%22Oid%22%3a%222ecf77f3-2e8e-4309-a764-75be30d37c5e%22%7d), plataforma na qual é feita a gravação da Reunião. A presente reunião é  
6 presidida pela Presidente Ismênia Aparecida Santos Oki. **A) ORDEM DO DIA. 1.**  
7 **CHAMADA** - É feita a chamada e verificam-se as **Presenças: Conselheiros**  
8 **representantes da Sociedade Civil – pelas Entidades de Assistência Social –**  
9 **Titulares:** Izabel Cristina Santos de Almeida, Juliana Aparecida Vieira, Josefa Hermínia  
10 **Rodrigues Guirau; Suplentes:** Maria Cristina Biehse; pelos **Profissionais ou Órgão de**  
11 **Classe ligados a área da Assistência Social – Titular:** Fernando Jorge Neves Figueiredo;  
12 pelos **Usuários ou Representantes dos Usuários da Assistência Social – Titulares**  
13 **Jéssica dos Santos, José Carlos Carioca e Suplentes:** Aristides Militão Vilela, Ester Costa  
14 **de Oliveira Dias, Conselheiros representantes do Poder Público - Secretaria Municipal**  
15 **de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos – Titular:** Ismênia  
16 **Aparecida Santos Oki (presidente); Suplente:** Silvano Freire Oliveira; **Secretaria**  
17 **Municipal de Justiça – Titular:** Thales Jordane Almeida Oliveira; **Secretaria Municipal**  
18 **de Finanças – Titular:** Cristiano Oliveira Lourenço; **Secretaria Municipal de Habitação -**  
19 **Titular:** Ana Julia Ferreira Lourenço; **Secretaria Municipal de Infraestrutura – Titular:**  
20 **Adilson Gomes Pereira; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - Titular:** Elaine  
21 **Aparecida Sivi Machado. Justificativas de ausências: Entidades de Assistência Social**  
22 **–Suplentes:** Elisandra Maria de Souza Rinaldi, **Profissionais ou Órgão de Classe**  
23 **ligados a área da Assistência Social – Titular:** Eduardo de Menezes Predroso; **Usuários**  
24 **ou representantes dos Usuários da Assistência Social – Aparecida de Fátima de Lima,**  
25 **Suplente Elisângela de Cassia Brasiliano da Costa. Secretaria Municipal de Justiça –**  
26 **Suplente:** Luciana Rocha Soares; **Secretaria Municipal de Cultura Titular:** Elaine Cristina  
27 **Garcia Ramos de Souza; Suplente Letícia Francyne Lourenço de Mello Arriel; Secretaria**  
28 **Municipal de Educação - Titular:** Dorine Matos Moreira de Albuquerque e Suplente Maria  
29 **Fernanda Buarraj; ; Secretaria Municipal de Finanças – Suplente:** Sérgio Luiz Oliveira  
30 **Alves; Secretaria Municipal de Habitação - Suplente:** Lucas Bonora da Silva; **Secretaria**  
31 **Municipal de Infraestrutura - Suplente:** Sérgio Reis de Oliveira Cerqueira; **Secretaria**  
32 **Municipal de Saúde – Titular:** Andrea Maria Campedelli Lopes e Suplente: Wellington de  
33 **Almeida; Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – Suplente:** Ivair Luiz Ferreira.  
34 **Convidados:** Nilza Clementino, Diego - CS Romília Maria, Ana Júlia Ferreira Lourenço,  
35 Solange, Liliâne Assistente Social Lar Alice De Oliveira, Josiane, Tatiana, Josi, Cristiane  
36 Sobrapar, Valdirene Vitor, Breno, Veronica MVM, Alessandra Crami, Elaine UCF, Aline  
37 Alves, Pedro Costa, Silvana Direito de Ser, Anabel Vieira – CAIS, Marcia Romília Maria,  
38 Vinícius - Psicólogo VB, Vera Lucia Bruno, Gisleide A Viana SMASDH, Cristina/SETA,  
39 Roberta Psicóloga, Marcela Souza, Gisleide Abreu SMASDH, Vinicius – Progen, Michael  
40 Jonathas Fonseca Batista, Maria Amélia Grangeiro, Tania - Núcleo Igualdade Social, Lívia  
41 – ICCT, Erika e Carlos, Viviane Santos – Guardinha, Sílvia Elena Basetto Villas Boas,  
42 Renata Tonon, Rosana Pego, Elaine - Guest, Cassia Bastos, Maiara – Pestalozzi, Maria  
43 Fernanda, Sirlene, Paloma Lopes Casarini, Rogério Nóbrega – IGEVE, Kelly Parro, Josane  
44 Lazaretti, Sandro Acosta, Antonia Cacilda, Conceição – AAQQ, Aline Bocallao IPHC,  
45 Clébia, Diego - CS Romília Maria, Elide Augusto - Ação Forte, Antonia Cacilda, Maria  
46 Carolina Becaro, Nilza Clementino, Vania Gobbo Moral Silva, Solange, Zuleika, Pedro  
47 Costa, Anabel Vieira – CAIS, Silvana Direito de Ser, Cristina/SETA, Marcela Souza, Michael  
48 Jonathas Fonseca Batista, Maria Amélia Grangeiro, Lívia – ICCT, Viviane Santos –  
49 Guardinha, Renata Tonon, Rosana Pego, Cassia Bastos, Sirlene, Paloma Lopes Casarini,

54 Kelly Parro , Aline Bocallao, Sandro Acosta, Josane Lazaretti, Antonia Cacilda, Otildes,  
55 Elide Augusto - Ação Forte, Maria Carolina Becaro. **REGISTRO DE FALECIMENTO –**  
56 Conselheira Izabel comunica para registro o falecimento no dia 22 de julho do Dr. Darcy  
57 Paz de Pádua, um dos fundadores e idealizadores da Federação das Entidades  
58 Assistenciais de Campinas (FEAC). Foi Secretário Municipal da Política da Assistência  
59 Social nos anos 80. Teve também dedicação nas questões das crianças, adolescentes,  
60 mulheres e Idosos. Registra-se acolhimento e solidariedade a seus familiares, aos  
61 trabalhadores e Diretoria da FEAC e o respeito a trajetória de vida do Dr Darcy. **2. ATA**  
62 **ANTERIOR - referente a Reunião Ordinária do dia 28 de junho de 2022,** - a Presidente  
63 coloca em votação a Ata referente a Reunião Ordinária realizada no dia 28 de junho de  
64 2022, encaminhada anteriormente para ciência dos Conselheiros, que é **APROVADA** com  
65 nove votos “sim”, três “abstenções” e nenhum voto contrário. **B) ORDEM DO DIA – 1.**  
66 **DELIBERAÇÕES SOBRE MATÉRIAS DA PAUTA COM CARÁTER DE URGÊNCIA.**  
67 Considerando que este CMAS está por determinação do Ministério Público do Estado de  
68 São Paulo com suas resoluções e deliberações de matérias atreladas ao caráter de  
69 “urgência”, até que seja equalizada a questão da paridade entre representação da  
70 Sociedade Civil e representação do Poder Público e como essa situação ainda não foi  
71 resolvida, a Presidente consulta os Coordenadores de Comissões e estes mencionam os  
72 assuntos que relatarão e colocado para deliberação do Plenário a Pauta de trabalho e a  
73 votação sobre matérias que tenham esse caráter de “urgência” o Plenário aprova que sejam  
74 tratadas as matérias que seguem. **INVERSÃO DE PAUTA –** a Presidente propõe que seja  
75 feita inversão de pauta e que a reunião se inicie pelo ponto **C) INFORMES. Benefícios**  
76 **Eventuais** - Registrando a presença de vários servidores da Secretaria Municipal de  
77 Assistência Social, a Presidente passa a palavra para **Gisleide Abreu da área da**  
78 **Vigilância Socioassistencial que apresenta** informe do andamento da Lei sobre  
79 Benefícios Eventuais. Gisleide apresenta histórico do encaminhamento do Processo que  
80 trata sobre a Regulamentação dos Benefícios Eventuais. Diz que a Minuta foi encaminhada  
81 para a Secretaria de Justiça para depois seguir para a Câmara Municipal. Ressalta que foi  
82 seguida as modalidades apontadas pelo CMAS. Registra-se que os encaminhamentos  
83 mencionados estão no Processo SEI PMC.2021.00015841-81, já disponibilizado para todos  
84 os Conselheiros. Após a fala de Gisleide a Presidente abre a palavra para os inscritos. A  
85 **Conselheira Juliana Vieira fala** enquanto Coordenadora da Comissão de Política e  
86 Legislação e entende que como todo o processo passou por essa Comissão essa Minuta  
87 também deveria ir para a Comissão em função de toda contribuição que houve naquela  
88 instância e que não houve tempo de análise visto que esse Processo chegou na data de  
89 ontem a tarde para os Conselheiros. A **Conselheira Izabel** lembra que houve a formação  
90 de um GT da Comissão de Política para trabalhar essa questão no Conselho, inclusive  
91 chamando outros parceiros fora do Conselho e então por respeito à essa construção deve  
92 haver encaminhamento para Comissão e ressalta também que não houve tempo hábil para  
93 ver esse Processo antes desta Reunião e que é importante planejamento e agenda para  
94 tratar as questões. O importante é uma Agenda Social. Foi uma dedicação muito grande  
95 dos Conselheiros nesse período de pandemia, então esse assunto é de extrema  
96 importância em cuidar dessa legislação sobre Benefícios, então há necessidade de tempo  
97 para ver o resultado desse trabalho e também fazer a aprovação disso dando condições  
98 dos trabalhadores dos CRAS/DAS – Porta de Entrada – poderem cumprir ainda mas essa  
99 tarefa além de tudo que já fazem. Há necessidade de Equipe nesses Espaços para poder  
100 atender bem as famílias – aprovar essa Lei sem colocar trabalhadores nos CRAS, Equipe  
101 mínima – NOB RH, é criar uma situação complicada para os Trabalhadores. **Gisleide**  
102 **menciona** que o GT construiu a Resolução que define os critérios e já foi discutido que  
103 esses critérios são bem abrangentes, dificultava a construção da Minuta, mas foi respeitado  
104 o que estava na Resolução. A Minuta vai para a Secretaria de Justiça para a formatação  
105 técnica, respeitando as modalidades ali colocadas, os apontamentos, os critérios de valores  
106 e formas de acesso. **A Presidente diz** que o assunto entrou nesta pauta como informe, os

107 Conselheiros devem acompanhar o Projeto e sua tramitação para a Câmara. **Conselheira**  
108 **Juliana Vieira** consulta se há ainda possibilidade de verificar se há algum problema ou  
109 fazer apontamento na Minuta da Lei, caso isso seja necessário. **Gisleide diz** que o  
110 Processo segue o fluxo normal de Projeto de Lei, passa pela Secretaria de Justiça para ver  
111 as questões técnicas legais do que envolve um Projeto de Lei e que depois deve ser feita  
112 a Regulamentação que definirá a operacionalização da Lei. Diz também que o prazo é até  
113 final de julho ser a Minuta encaminhada para a Secretara de Justiça. . **A Presidente** em  
114 resposta a pergunta da Conselheira Juliana diz que está sendo apresentado um informe e  
115 que a parte do Conselho já saiu através da Resolução feita e que é importante fazer o  
116 acompanhamento para quem sabe em outras instâncias do fluxo fazer os apontamentos.  
117 **Conselheira Jessica** agradece disposição da Gestão em estar explicando, mas que no  
118 Conselho tudo tem chegado muito em cima da hora. Os Usuários têm tido dificuldades nos  
119 acessos a documentação. Diz que os Trabalhadores Públicos estão aqui também por causa  
120 do salário de cada um e que têm dificultado o acesso dos Usuários na compreensão dos  
121 processos, acompanhar a tramitação. Diz também que o Conselho não está dando  
122 condições de trabalho para os Usuários. A **Conselheira Izabel** retoma que essa questão  
123 desse atendimento tem de estar atrelada com a composição da Equipe mínima nos CRAS  
124 e DAS. O DOAS já encaminhou para o Conselho como estava a composição dos CRAS e  
125 se já atualizou, é importante trazer para o Conselho essa informação. Presidente dá a  
126 Palavra para **Maria Aparecida Gianni**, Diretora do DOAS que agradece o Conselho pela  
127 preocupação com os Equipamentos e Trabalhadores públicos do SUAS. Diz que já vierem  
128 novos trabalhadores, mas ainda insuficientes para as demandas e reposições de  
129 trabalhadores que deixaram o Serviço Público por aposentadorias, falecimentos, etc. Diz  
130 que essa questão de recomposição de Equipes está no radar da Gestão. Sobe a Lei dos  
131 Benefícios Eventuais diz que Campinas consolida essa Política, nem sempre como se  
132 desejaria em termos de tempo e demanda. Diz também que houve participação de  
133 Servidores do DOAS no GT e cooperando para a construção dessa política. Entendendo  
134 que é um avanço dessa Política pelo município que é complementado com recursos  
135 federais e estaduais. Ressalta também que houve avanço na modalidade Auxílio Moradia  
136 que se estendeu a questão de gênero e para mulheres mesmo que não estejam em Abrigo  
137 por conta de violência. O **Conselheiro José Carlos** destaca a questão do “sucateamento”  
138 dos CRAS e DAS e diz se sentir incomodado por autoridades que fazem live como se  
139 estivessem em outros lugares e não se importam com a realidade do sofrimento das  
140 pessoas com fome e pessoas sem atendimento médico. Destaca também que esse  
141 processo está demorado – é de junho de 2021. Também ressalta a dificuldade em analisar  
142 os documentos encaminhados, enfatizando que com celular e como Usuário fica difícil  
143 analisar a documentação. Reforça que a distância entre a população e a localização dos  
144 CRAS é muito grande. Tem que haver mais respeito com a população e com os  
145 Trabalhadores dos Serviços. A **Conselheira Izabel** se solidariza com os apontamentos dos  
146 representantes dos Usuários. Destaca que as informações que chegam são das diversas  
147 políticas numa Secretaria só (Direitos Humanos, Segurança Alimentar, Pessoa com  
148 Deficiência e Assistência Social) – os trabalhadores dos SUAS até que conseguem  
149 visualizar essa distinção, mas para os Usuários fica muito confuso. Que a política da  
150 Assistência Social tem que melhorar a comunicação com os Usuários e com a Rede SUAS,  
151 pois está muito confuso. Destaca também a confusão que existe na Secretaria do que é de  
152 Gestão Pública e o que é de gestão pessoal. As publicações pessoais do Gestor Público  
153 da Assistência não podem ser de caráter pessoal, é um Sistema Público de Assistência  
154 Social – têm que estar de maneira transparente nas publicações da Prefeitura. A Vigilância  
155 Socioassistencial ainda não é um Departamento dentro da Secretaria, é uma  
156 Coordenadoria, da mesma forma não existe um Departamento de Trabalho. O Sistema  
157 Único também ainda não está implantado dentro da Secretaria na forma que é preciso  
158 dentro das Normativas – a forma de organização da Secretaria é de 1990 e pouco. Diz que  
159 junho de 2021, enquanto Presidente do CMAS, teve agenda com a Secretária levando as

160 pautas pendentes no Conselho há muito tempo pra fazer uma Agenda Social e evitar essa  
161 confusão, principalmente para o Usuário e também para a Rede SUAS de Campinas. Pede  
162 desculpas aos Usuários pelo fato de ainda que se tenha trabalhadores comprometidos com  
163 o SUAS, não se tem gestão sobre os atos das pessoas. **Presidente Ismênia** reafirma a  
164 importância de se focar no SUAS. A convidada **Marcela Souza** com palavra concedida pela  
165 Presidência diz ser trabalhadora da Rede SUAS e uma das dificuldades que aponta é o fato  
166 de muitas pessoas que vierem a necessitar dos benefícios eventuais ainda não estarem no  
167 Cadastro Único. **Gisleide explica** que esse encaminhamento foi em forma de informe  
168 porque sobre a tramitação desse Projeto de Lei e agora não cabe alteração. O processo  
169 que houve foi o da deliberação do Conselho depois de várias reuniões, inclusive com outros  
170 atores, e houve então para a Resolução do Conselho – o Projeto de Lei atende tudo que  
171 foi deliberado na Resolução do Conselho. A convidada **Clébia Alves Campos Oliveira** com  
172 palavra concedida pela Presidência diz que as portas da Secretaria estão sempre abertas  
173 para essa parceria com o Conselho e agradece a construção que se teve até aqui.  
174 **Presidente Ismênia** informa do convite que CMAS recebeu para Missa de Ação de Graças  
175 pelos 125 anos do Colégio Liceu Salesiano a se realizar no próximo dia 07 de agosto, às  
176 19 hs, na Paróquia de Nossa Senhora Auxiliadora. O **Conselheiro Silvano** manifesta-se  
177 no sentido de relembrar que na Ata que foi aprovada nesta reunião tem um diálogo entre  
178 ele e a Conselheira Izabel e que nesse diálogo ele diz que não havia sido enviado pela  
179 Conselheira determinado mensagem por e-mail com determinada informação e depois  
180 verificou que estava equivocado, não havia visto o e-mail e depois que confirmou que ela  
181 havia enviada a informação, pediu desculpas por escrito em e-mail com cópia aos  
182 Conselheiros e que agora reitera para ela seu pedido de desculpas de forma pública.

183 **ORDEM DO DIA – item 3. RELATO DO GT DE SEGURANÇA ALIMENTAR - A**  
184 **Conselheira Jéssica**, Coordenadora do GT de Segurança Alimentar inicia dizendo que o  
185 GT de Segurança Alimentar foi criado para ajudar a Comissão de Política e Legislação. Diz  
186 que o GT teve duas reuniões no mês e destaca a questão da insegurança alimentar  
187 apontado pelos órgãos de comunicação de que a fome aumentou no país e portanto em  
188 Campinas. Nas reuniões ficou apontado a dificuldade de acesso a segurança alimentar.  
189 Decidiu-se no GT pela elaboração de uma Carta para ser encaminhada à  
190 Gestão(SMASDH), Vereadores e Ministério Público sobre a questão da Segurança  
191 Alimentar , com o pedido de uma Audiência Pública. O Histórico mostra que Campinas não  
192 tem um combate contra a fome, fica dependente da sociedade civil, exemplo: ISA e outras  
193 ONGs que ajudam a população e o próprio povo que ajuda a manter o Banco de Alimentos.  
194 Campinas, a única coisa que tem, é um Departamento com 5 pessoas e o Cartão Nutrir que  
195 está contemplando só vinte mil pessoas, isso porque estamos no estado de calamidade  
196 porque seriam só seis mil pessoas. Essa Carta foi aprovada no GT, foi feita por  
197 Trabalhadores da Sociedade Civil junto com Usuários. Anda está sendo formulada porque  
198 foi aprovada e trabalhadores e Usuários pediram complementação de algumas informações  
199 como Leis, Constituição Federal. Continua Jéssica dizendo que as informações sobre  
200 Cestas básicas que as OSCs estão fornecendo para Usuários, não estão sendo enviados  
201 para a Prefeitura e isso contribui para não “aparecer a fome” que a população tem  
202 enfrentado – a Prefeitura trabalha com números e se não tem essas informações esses  
203 dados não aparecem. Conselheira Jéssica consulta qual o fluxo desse encaminhamento,  
204 se Carta será aprovada no Conselho ou como foi aprovada no GT ela pode ser divulgada?  
205 E também informa que caso o Conselho não aprove ou apoie essa discussão e luta contra  
206 a fome, os Usuários irão encaminhar por eles mesmos tanto para outras instâncias como  
207 para o Ministério Público. Informa também que a Câmara Municipal irá voltar com GT com  
208 discussões de Segurança Alimentar. **Jéssica solicita que a Conselheira Josefa faça a**  
209 **leitura da “Carta** ao Executivo e ao Legislativo do Município de Campinas e ao Ministério  
210 Público”, que assim faz. **Após a leitura Jéssica informa** que serão incluídas no texto da  
211 Carta as leis da Constituição de 1988 e também contemplar a questão dos Trabalhadores  
212 que não podem mais contabilizar no SIGM o número de entrega de cestas básicas. A

213 intenção dessa Carta é pedir uma audiência pública, e vamos nos informar com MP como  
214 se faz isso. Já temos um planejamento dessa audiência com os Usuários participando e  
215 falando suas experiências. Queremos que seja uma política municipal de Segurança  
216 Alimentar e não como tem sido distribuição de cesta básica como caridade, fotografando  
217 as pessoas recebendo. Diz Jéssica que Campinas não tem essa Política de Segurança  
218 Alimentar e é dependente do Estado ou de doação do próprio povo. Um outro registro é  
219 que enviaram via SEI para o Departamento de Segurança Alimentar um Convite para o  
220 Departamento participar na reunião do GT de Segurança Alimentar – relata que na Reunião  
221 do GT teve que falar que quem foi convidado via SEI não participaria dessa Carta, pois  
222 essa Carta era uma cobrança dos Usuários, dos Trabalhadores e da Sociedade Civil para  
223 os Órgãos Municipais. Relata que sentiu-se desrespeitada por esse convite que foi feito ao  
224 Departamento de Segurança Alimentar. **Conselheira Josefa** se manifesta no sentido de  
225 que não se pode ver a volta do “assistencialismo” e ficar quietos e apoia o texto da Carta.  
226 Diz também que questão de Segurança Alimentar não deveria mais ser pauta a ser  
227 discutida e sim ser coisa já resolvida. **Conselheiro Silvano** diz nada se opor ao conteúdo  
228 da Carta, porém tem algumas dúvidas, uma é a questão do encaminhamento pelo GT ou  
229 dos Usuários, se foi aprovado no GT ou pelos Usuários, mas isso é possível superar; a  
230 outra questão é foi mencionado que ainda serão feitos acréscimos na Carta, se for isso o  
231 Conselho não tem condições de deliberar – a proposta deve estar completa para o  
232 Conselho deliberar a redação final, a menos que depois volte para apreciação do Conselho.  
233 **Conselheira Jéssica diz** que o acréscimo a ser feito são as Leis que garantem o acesso  
234 básico e a Constituição de 1988. Quanto a questão da construção em conjunto da Carta  
235 com participação da representante da Segurança Alimentar, não foi possível porque num  
236 primeiro momento é uma cobrança da Sociedade Civil(Usuários) para o próprio Poder  
237 Público. **Conselheiro Silvano** diz que está tentando contribuir para não invalidar um  
238 movimento que é legítimo – precisa ficar delimitado isso, essa Carta foi aprovada num  
239 coletivo de Usuários que tem os encaminhamentos. A Pergunta é: os Usuários querem que  
240 o Conselho envie a Carta? **Conselheira Jéssica responde** que “sim”, a proposta é que o  
241 Conselho aprove a Carta envie para os Órgãos do Município, Câmara e Ministério Público,  
242 afirmando que se o Conselho não aprovar haverá todo um movimento para que ele chegue  
243 aos Órgãos públicos. O que queremos é que o Conselho esteja com o GT nessa luta contra  
244 a fome. **Conselheiro Silvano** diz que é uma questão técnica, o Conselho aprova o que  
245 conhece, se forem inseridas partes, ainda que seja citação de Leis, não conhecemos o  
246 conteúdo do que será inserido. **Conselheira Izabel ressalta** que todos estão para ajudar a  
247 Usuária, acolhe o conteúdo da Carta. Izabel cita artigos de Leis que garantem a Segurança  
248 Alimentar e propõe que seja incluídas na Carta e que a Carta seja aprovada. **A Presidente**  
249 **propõe** também que o Plano Municipal de Segurança Alimentar também seja apensado à  
250 Carta porque ele descreve todos os apontamentos que foram feitos e isso reforça que o  
251 Plano seja aplicado e isso está contribuindo para o aporte jurídico que está sendo proposto.  
252 **Conselheira Izabel** diz que segundo pesquisa de cada 10 pessoas que se declaram  
253 negras, pardas, 6 estão em insegurança alimentar no país – situação gravíssima e entende  
254 que o que a Jessica traz é para todos que se encontram em insegurança alimentar. Já  
255 sabíamos que a questão da segurança alimentar seria seríssima na pós pandemia, ainda  
256 que estejamos em pandemia, e da mesma maneira como Campinas cuidou de forma  
257 exemplar da Saúde na pandemia e como está cuidando da Educação, entende que o que  
258 a Carta está pedindo é isso que esse cuidado também seja conduzido na Assistência Social  
259 garantindo e assegurando diretos. Parabeniza os Usuários pela ação de apresentar  
260 propostas. **Presidente diz** ser salutar que o Conselho ajude na construção de política  
261 pública e saiba o que está acontecendo no município para melhor conduzir e em todos os  
262 GTs e Comissões é bom que a Gestão traga o que está acontecendo e assim melhor  
263 contribuição. Diz que o Conselho não é um movimento e sim um espaço de construção  
264 entre Sociedade Civil, Poder Público e Usuários. Essa Carta tem um potencial do que é  
265 mais urgente na comunidade, que é a fome, mas querendo ou não é o Conselho; então

266 para dar transparência foi autora do Convite para DISAN estar no GT e vou chamar outros  
267 para outros GTs e Comissões para dialogar – existe o Plano Municipal e a partir do Plano  
268 Municipal muita coisa poderia ter sido acrescentado nessa Carta. Entende importante que  
269 as Comissões atente para o controle social e qualificar a discussão do Conselho também a  
270 partir do que já tem. **Jéssica diz** que não há qualquer problema o Poder Público construir  
271 uma Carta explicando o que faz na cidade, mas não haveria lógica construir junto essa  
272 Carta que é uma cobrança dos Usuários sobre questões de Segurança Alimentar.  
273 **Conselheiro Silvano** diz não deslegitimar a Carta e sim trazendo contribuição para o  
274 encaminhamento nos procedimentos no Regimento e Lei que orientam o Conselho.  
275 **Conselheiro Thalles diz** ter ouvido a leitura da Carta, que entende a demanda especial  
276 que é a questão da fome, entende também a questão levantada pelo Silvano e aí algumas  
277 dúvidas no sentido de tentar fazer de alguma forma respeitando algumas coisas para que  
278 um ato desse não sofra nenhum prejuízo lá na frente e nesse sentido de construir junto e  
279 eu também poder dar uma contribuição em relação a essa demanda eu pede “vistas” a essa  
280 matéria, porque fiquei com dúvidas em algumas coisas e para poder dar uma opinião  
281 formada sobre esse tema. **Presidente diz** que quando mais amparo legal tiver para decidir  
282 é melhor. Se o texto já estiver com as Leis inseridas é legítimo colocar em votação, só não  
283 pode votar e acrescentar algo depois. **Conselheira Izabel diz** que todos foram convidados  
284 para a Reunião, os Usuários que estiveram presentes elaboram um trabalho que é  
285 questionado. É legítimo e regimental o pedido de vistas, mas precisamos cuidar disso pois  
286 a necessidade do outro não é a minha necessidade. O importante é participar das  
287 Comissões para poder ajudar as coisas avançarem. **Conselheiro Thalles** consulta se o  
288 texto da Carta foi disponibilizado previamente para ciência dos Conselheiros. **Jéssica diz**  
289 que não, ela seria lida no Conselho. **A Presidente concede a palavra para a convidada**  
290 **Maria Carolina** Loureiro que representa o Conselho de Segurança Alimentar como sua  
291 Presidente diz ter estranhado o Poder Público ter sido convidado para participar da Reunião  
292 do GT de Segurança Alimentar para construir uma Carta, que na verdade seria a leitura de  
293 uma Carta já construída e quem desejasse ajudar nessa construção já teria participado  
294 antes. Diz causar estranheza o pedido de vistas sendo que já tem horário marcado de  
295 reunião e participação. A Carta foi construída pela Sociedade Civil, construída pelos  
296 Usuários, diz que estamos passando por momentos difíceis no município, só quem lida com  
297 Segurança Alimentar ou que está passando fome sabe da realidade. Diz que vai levar o  
298 assunto para o Conselho de Segurança Alimentar pois esse GT é também do Conselho de  
299 Segurança Alimentar. **A Presidente diz** que como houve pedido de vistas o assunto precisa  
300 ser encerrado, mas vai respeitar quem havia pedido a palavra. **Jéssica diz** que “vocês” não  
301 estão aqui para construir política pública e sim para ajudar no desmonte da assistência  
302 social – não estão se importando com quem passa fome. **Conselheiro José Carlos**  
303 pergunta qual a parte que não entenderam do que são pessoas passando fome. Considera  
304 um descaso o “pedido de vistas”. **Conselheira Izabel diz** que é praxe nas reuniões de GT  
305 e Comissões serem encaminhados os relatos e como nessa última reunião a maioria dos  
306 Conselheiros estavam de férias não saiu o relato. Deveria ser automático quando não tem  
307 relator o Secretário Executivo fazer o relato e ajudaria os Conselheiros a receber antes as  
308 informações. Está entendendo a situação do Conselheiro que pediu vistas por não saber  
309 da documentação. Entende que é preciso fazer uma reunião para estabelecer os critérios  
310 de fluxos para atender todos de maneira igual. O Conselho e suas Comissões também têm  
311 deixado de receber da Gestão informações que são fundamentais para suas deliberações.  
312 Os Usuários têm dificuldade no acesso aos processos. Diz também que não podemos usar  
313 normativas para travar processos. Entende a cobrança do Thalles, mas julho foi atípico.  
314 **Conselheira Juliana Vieira diz** que está cansada da maneira que os Conselheiros tem  
315 levado a reunião. A Comissão é que é o espaço de discussão. Fala da dificuldade de falta  
316 de retorno de informações para as Comissões. Diz que como Coordenadora da Comissão  
317 de Política e Legislação, juntamente com a Relatora Josefa estão fazendo trabalho de  
318 comparar o Relatório de Gestão com PMAS e Orçamento. **Conselheira Josefa lembra** que

319 no mesmo dia em que estavam fazendo esse trabalho estavam também ouvindo a Reunião  
320 do GT de Segurança Alimentar que tratava sobre a Carta e que desejavam estar nessa  
321 discussão, mas estavam nessa outra tarefa, então há necessidade de mais Conselheiros  
322 participarem das Comissões. **Conselheira Juliana Vieira diz** que às vezes as pessoas não  
323 falam porque às vezes quando fala sofre ameaça pessoal, mas como Assistente Social tem  
324 o dever ético de falar. Cobra da Presidente a capacitação dos Conselheiros e que todos os  
325 Conselheiros devem estar em alguma Comissão e quem pede “vistas” às vezes não  
326 participou do processo na Comissão - peça relato da reunião, leia ata, chama para  
327 conversar. Está desgastante participar do Conselho. Vocês estão querendo fazer um  
328 desmonte dos Conselheiros da Sociedade Civil dentro do Conselho. Diz, vocês estão  
329 impossibilitando a gente de fazer as coisas. **Conselheiro Silvano** coordenador da  
330 Comissão de Finanças explica que quando se fala em demonstrativos que não vieram há  
331 mais de um ano para o Conselho é preciso esclarecer que no Conselho não havia antes  
332 essa demanda de solicitar esse tipo de documento; que então foram solicitados os  
333 demonstrativos federais, quando vieram os federais cobrou-se os municipais; então não faz  
334 um ano, na medida em que as demandas vão surgindo vai-se tentando organizar. **ORDEM**  
335 **DO DIA – item c . RELATO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO -**  
336 **Conselheiro Silvano** Coordenador da Comissão de Finanças relata que fizeram reunião  
337 extraordinária da Comissão e trataram sobre Resolução 003/2020 do CMAS que tratou de  
338 prestação de contas de recursos federais para aquisição de bens e também tratou sobre  
339 participação de representação do CMAS ou de um membro da Gestão no Fórum dos  
340 Usuários da Região Noroeste – relatos enviados ontem para os Conselheiros. **Conselheira**  
341 **Izabel** diz que não participou da Reunião da Comissão de Finanças, sobre a tratativa da  
342 prestação de contas dos recursos federais tratados na Comissão, diz também que foram  
343 enviados para os Conselheiros 164 documentos sobre aquisição de computadores,  
344 notebooks e aparelhos de ar condicionados e está pedindo “vistas” desse processo pois o  
345 Conselho agora aprova todo o processo que foi feito para a aquisição desses  
346 equipamentos. Izabel diz ter notado falta de alguns documentos no SEI que trata desse  
347 processo: nota de empenho, notas fiscais e comprovação de entrega do material. Também  
348 o relatório do DOAS em certo momento diz que o objetivo foi alcançado, mas 3 meses antes  
349 diz que foi alcançado parcialmente, então é preciso saber o que mudou nesses 3 meses.  
350 Também questiona porque em se tratando de recurso federal a Comissão de Política não  
351 foi convidada a participar desse processo. Há um outro SEI anexado que trata sobre compra  
352 de equipamentos sem licitação; também solicitação de parecer jurídico sobre essa  
353 aquisição.; também a questão da licitação e compra dos equipamentos pela Educação, se  
354 pode ser pelo FMAS. São várias questões que levam a esse pedido de “vistas” ao processo.  
355 **Conselheira Josefa também** ressalta a brevidade de tempo que os Conselheiros têm para  
356 analisar muitos documentos que são recebidos em cima da hora e levanta algumas dúvidas  
357 sobre documentação que estão no SEI, Termo de Referência de 2019 sem assinatura,  
358 plano de Trabalho sem assinatura, plano aprovado sem assinatura. **Conselheiro Silvano**  
359 informa que todo documento inserido no SEI leva identificação numérica e o próprio sistema  
360 registra quem inseriu, mas vai checar as questões levantadas. **Conselheira Josefa**  
361 **também** sugere otimização das reuniões quem sabe na reunião da comissão abrir o  
362 processo para que os Conselheiros possam acompanhar e levantar as questões.  
363 **Conselheira Izabel** lembra que é importante que a Gestão facilite a apresentação dos  
364 documentos e a compreensão dos Conselheiros. Diz também que o acompanhamento que  
365 é feito no Conselho é sobre o FMAS e é importante também aparecer as despesas nos  
366 demonstrativos. O importante é ver todos os documentos e isso para fortalecer a  
367 compreensão e o nosso voto. Importante lembrar também que os processos ficam  
368 arquivados e que podem ser fiscalizados, daí o voto da aprovação tem que ser com todas  
369 as informações necessárias. Já houve caso que o Prefeito de Campinas foi fiscalizado pelo  
370 TC e se teve que levantar processo de quatro/ cinco anos – para o Conselho nada foi pedido  
371 porque trabalha o tempo todo com normativas. A nossa votação tem que ter uma base

372 normativa – são cuidados necessários. **Presidente Ismênia** reforça todas as preocupações  
373 levantadas, fala da importância da formação e a importância do Poder Público dar os  
374 esclarecimentos e explicar os mecanismos dos processos dentro da Prefeitura e dentro da  
375 legalidade. **Às 12 horas e 54 minutos a Presidente sugere encerrar a Reunião** e ou  
376 continuar com a Pauta em outra oportunidade. **Conselheira Izabel** lembra que tem pedido  
377 de vistas a serem tratadas. **Conselheira Josefa** também menciona que tem um pedido de  
378 inscrição de OSC a ser tratado e votado. Presidente dá prosseguimento na Reunião e  
379 **ORDEM DO DIA – item “a” . RELATO DA COMISSÃO DE INSCRIÇÃO E NORMAS** – em  
380 virtude da ausência justificada da Coordenadora da Comissão de Inscrição e Normas, a  
381 Conselheira Josefa, Relatora da Comissão apresenta que a Comissão analisou a  
382 solicitação de Renovação e a documentação da OSC Associação de Apoio a Portadores  
383 de AIDS Esperança e Vida e o Conselho Considerando o parecer da Comissão de Inscrição  
384 e Normas **RESOLVE RENOVAR** para o ano de 2022 e **MANTER** por tempo indeterminado,  
385 a inscrição sob nº **165 S**, da entidade pela **Associação de Apoio a Portadores de AIDS**  
386 **Esperança e Vida**, CNPJ 67.991.521/0001-29, sede à Rua Antônio Naime Chaib, 195/205,  
387 Jardim Anchieta, em Campinas, Estado de São Paulo e seu serviço socioassistencial: -  
388 Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos - Casa de Passagem, executado à Rua  
389 Antônio Naime Chaib, 195/205, Jardim Anchieta, em Campinas/SP. A presente Resolução  
390 foi aprovada com sete votos “sim”, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Registra-  
391 se nessa votação que Conselheiros Jéssica dos Santos, Aristides Militão, Cristiano Oliveira,  
392 Adilson Gomes e Elaine Aparecida já haviam deixado a Reunião. **Às 12 horas e 59**  
393 **minutos** a Presidente sugere encerrar a Reunião. **Conselheira Izabel** lembra que tem  
394 pedido de vistas a serem tratadas e propõe a continuidade da Reunião. **A Presidente**  
395 **lembra que se um dos assuntos for a questão da Comissão Calamidade** propõe que  
396 se vote em face de não ter tido a oportunidade de acerto dos termos da Resolução.  
397 **Conselheira Izabel diz** que a Presidente havia pedido “vistas” da deliberação e que a  
398 Presidente precisa apresentar parecer e parecer sobre as “vistas”. **Conselheira Izabel diz**  
399 que o outro pedido de vistas foi do Silvano e do Thalles sobre o GT do FMAS e que como  
400 foi pedido vistas é no plenário que deve ser apresentado e votado. Diz também que quanto  
401 a questão da Comissão da Calamidade a Presidente pode solicitar para apresentar em  
402 nova reunião do Colegiado, não volta para a Comissão e sim no Colegiado. O Conselheiro  
403 Silvano apresenta o encaminhamento da documentação sobre proposta de Resolução  
404 sobre GT do FMAS e diante do apresentado o Conselho **Considerando** a Lei Federal nº  
405 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência  
406 Social;**Considerando** o Decreto Municipal nº 12.173 de 21 de março de 1996 que  
407 regulamenta do Fundo Municipal de Assistência Social;**Considerando** a Resolução CNAS  
408 nº 237, de 14 de dezembro de 2006, que dispõe sobre Diretrizes para a estruturação,  
409 reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social. Diretrizes para a  
410 estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência  
411 Social;**Considerando** a Portaria MDS nº 625 de 10 de agosto de 2010, que Dispõe sobre  
412 a forma de repasse dos recursos do cofinanciamento federal aos Estados, Distrito Federal  
413 e Municípios e sua prestação de contas, por meio de sistema eletrônico no âmbito do  
414 Sistema Único de Assistência Social – SUAS;**Considerando** o Decreto Federal nº 7.636,  
415 de 07 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados,  
416 Distrito Federal e Municípios destinado ao aprimoramento dos serviços, programas,  
417 projetos e benefícios de assistência social com base no Índice de Gestão Descentralizada  
418 do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS; **Considerando** a Resolução CNAS nº  
419 33 de 12 de dezembro de 2012 que Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único  
420 de Assistência Social – NOB/SUAS; **Considerando** a Apostila “Orientações para  
421 Conselhos da Área de Assistência Social emitida pelo Tribunal de Contas da União - 3ª  
422 Edição - , 2013 - que trata do Controle exercido por conselhos da assistência social;  
423 **Considerando**, a Lei Municipal nº15.942/2020 que dispõe sobre a Política Municipal de  
424 Assistência Social, institui o Sistema Único de Assistência Social do Município de

425 Campinas; **RESOLVE:Art. 1º. Acatar** o parecer da **Comissão de Política e Legislação e**  
426 **INSTITUIR** um Grupo de Trabalho para em conjunto com a **Comissão de Finanças e**  
427 **Orçamentos**, monitorar e fiscalizar o **Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS.**  
428 **Art. 2º** Em consonância com a legislação vigente, para efetivo exercício do Controle Social,  
429 poderá o CMAS mediante solicitação do presente GT e aprovação pela plenária: a) Realizar  
430 o acompanhamento da Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). b)  
431 Solicitar informações e elementos capazes de garantir a efetivação da transparência dos  
432 gastos e garantia do controle social. c) Apresentar proposta de calendário para envio das  
433 seguintes peças:1. Plano Municipal de Assistência Social;2. Relatório anual de Gestão 3.  
434 Plano de ação;4. Proposta da Lei Orçamentária Anual; 5. Demonstrativo Sintético Anual de  
435 Execução Físico Financeira; a) Solicitar o envio dos extratos das contas bancárias,  
436 vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social; b) Garantir o acesso ao Sistema de  
437 Informação do Sistema Único de Assistência Social(SUASWeb); c) Solicitar acesso aos  
438 documentos que comprovam as despesas com recursos do FMAS; Art. 3º Essa resolução  
439 entre em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. A  
440 presente Resolução foi aprovada com sete votos “sim”, nenhum voto contrário e nenhuma  
441 abstenção. **Conselheira Izabel propõe** que o parecer da Presidente Ismênia sobre “vistas”  
442 da Resolução sobre instituição da Comissão de Calamidade seja prorrogado para próxima  
443 Reunião. **Presidente coloca essa proposta de prorrogação em votação** que é aprovada  
444 por com sete votos “sim”, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. Presidente reforça  
445 a necessidade da programação das atividades do Conselho, respostas da Gestão para os  
446 assuntos em pendência e o avanço progressivo dos trabalhos. **ENCERRAMENTO** - Às 13  
447 horas e 15 minutos a Presidente encerra a Reunião, agradecendo a presença e participação  
448 de todos, lembrando que é cansativo para todos mas é potente o impacto do Conselho em  
449 suas ações no movimento da democracia e do SUAS. **Conselheira Izabel** solicita que o  
450 Conselheiro Thalles possa contribuir por sua experiência com a Conselheira Jéssica na  
451 inserção das Leis na Carta sobre Segurança Alimentar. **Conselheiro Thalles** diz que o  
452 intuito das “vistas” foi esse, de poder contribuir com a demanda daquele GT. Eu Geziel  
453 Antonio dos Santos, Secretário Executivo, lavrei a presente ata que após lida e aprovada,  
454 segue assinada. Campinas 26 de julho de 2022.-----

455 -----  
456 -----  
457 -----  
458 -----  
459 -----  
460 -----  
461 -----  
462 -----  
463 -----  
464 -----  
465 -----  
466 -----  
467 -----  
468 -----  
469 -----  
470 -----  
471 -----  
472 -----  
473 -----  
474 -----  
475 -----  
476 -----  
477 -----